



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

ORIENTAÇÃO

Senhores Licitantes/Fornecedores,

Considerando a dificuldade observada na localização dos certames com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos, segue orientação:

- 1) **Buscar o caminho: Serviços do Fornecedor > Dispensa/ Licitação Eletrônica (Novo)**
- 2) **Será aberta a seguinte tela:**

- 3) **Informe a unidade compradora: 070019 e o número da compra, seja ela dispensa ou licitação.**

Lembramos que, caso ainda tenha dificuldade, deverá entrar em contato com o telefone de suporte do Compras.Gov: 0800.978.9001.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

LICITAÇÃO N.º 90.006/2024
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 7.967/2023 (PAD)

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE E EQUIPARADAS¹, EXCETO PARA OS ITENS 68 e 70**

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 05/04/2024 às 14:00 HORAS

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 388/2023, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço por item**, que será regido pela Lei nº 14.133/21, pelo Decreto 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1. No dia **5 (cinco) de abril de 2024, às 14:00 horas**, horário de Brasília – DF, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Compras.gov.br* - <https://www.gov.br/compras>).

1.2. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I, a Planilha de Descritivo de Materiais – Anexo II e a Ata de Registro de Preços – Anexo III.**

2. DO OBJETO

2.1. **Registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo na categoria de expediente e gráfico**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Poderão participar deste certame as empresas:

¹ Nos termos do Decreto 8.538/2015, são equiparadas, para as contratações públicas de bens, serviços e obras, às microempresas e empresas de pequeno porte: o agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas.

a) Que estiverem devidamente credenciadas no sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil e no SICAF¹ (Sistema de Cadastro de Fornecedores);

b) Cujo objeto social expresse no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.1.1. Com exceção dos itens 68 e 70, todos os itens são para participação exclusiva das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.1.1.1. Os itens 68 e 69 e os itens 70 e 71 referem-se exatamente ao mesmo objeto. Foi feito o desdobramento em dois itens para atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto 8.538/2015 (cota reservada).

3.1.2. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a participação fica limitada a aquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. Não poderá participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física.

3.4.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.4.3. Entidades empresariais reunidas em consórcio².

3.4.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.4.5. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.4.5.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada,

² Portaria DG TRE-PR 591/2022, art. 8º.

desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4.6. Aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

3.4.6.1. A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.4.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.4.11. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.11.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

3.6. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.7. A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema

eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.7.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.8. A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras>.

3.8.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.8.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.9. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.10. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

4. ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS³

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.

4.1.2. A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

³ A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O valor máximo unitário aceitável para cada item da presente contratação consta no Planilha de Descritivo de Materiais – Anexo II.

4.4.1. As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a aquisição dos produtos.

4.4.2. A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado para cada item, conforme consta na **Planilha de Descritivo de Materiais – Anexo II**.

4.5. Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital, o Termo de Referência – Anexo I e demais anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O CNPJ cadastrado no sistema Compras.gov, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.7.1. Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.8. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á ao fornecimento descrito neste edital.

4.9. As propostas terão eficácia de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

4.10. A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços

registrados

4.11. Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame e, ainda, devido à limitação dos códigos do SIASG, as propostas deverão atender às especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

4.12. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

4.12.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.12.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.12.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.12.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.12.5. Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, quando organizado em cooperativa.

4.12.6. Quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

6.1.1. Os lances serão ofertados pelo valor UNITÁRIO DO ITEM.

6.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.1. A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3. Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

6.4. No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.6. O(a) Pregoeiro (a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.7. Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

6.7.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

6.7.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.7.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.7.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão

convocados para apresentar lances intermediários.

6.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

6.10. Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

6.11. Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

6.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.12.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas brasileiras;

b) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

c) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao preço estipulado para a contratação.

7.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do

estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.3.1. Havendo solicitação de negociação, será encaminhada contraproposta ao fornecedor, que deverá apresentar resposta no período máximo de 30 (trinta) minutos a contar do recebimento da contraproposta.

7.4. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.4.1. Nessas condições, caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, **relativamente aos itens 68 e 70**, iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou equiparada, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, e após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

7.4.1.1. Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e seguintes.

7.4.1.2. Para os itens cuja participação é exclusiva para ME, EPP ou EQUIPARADAS (todos os itens, exceto os itens 68 e 70), desconsidera-se o contido no item 7.4.1, sendo o objeto adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e seguintes.

7.5. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, contadas da solicitação do(a) pregoeiro(a), incluindo como anexo em

campo próprio do sistema, comprovação de atendimento aos critérios de sustentabilidade, nos termos:

a. Do artigo 4.1.2.1 do Termo de Referência – Anexo I (em relação ao item 25).

b. Do artigo 4.1.2.2 do Termo de Referência – Anexo I (em relação aos itens 19, 20, 21, 29, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 64, 70 e 71).

7.5.1. A licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) constante(s) no item 7.5 devidamente configurado(s), e em formato para impressão.

7.5.2. O não encaminhamento do(s) documento(s) solicitado(s) no item 7.5 ou sua não aprovação ensejará a desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

7.5.3. O prazo previsto no item 7.5 poderá ser prorrogado por igual período, em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente⁴.

7.6. O(a) pregoeiro(a) efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

7.6.1. Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

7.6.2. Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido na **Planilha de Descritivo de Materiais – Anexo II**.

7.7. Para os itens com cota reservada (itens 68 e 69 e itens 70 e 71):

7.7.1. Em atendimento § 3º do art. 8º do Decreto 8.538/2015, se a mesma empresa sagrar-se vencedora para a cota principal (itens 68 e 70) e para a cota reservada (itens 69 e 71), a contratação de ambos os itens ocorrerá pelo menor preço.

7.7.2. Não havendo vencedor para a cota reservada (itens 69 e 71), o Pregoeiro oportunizará, via chat, ao vencedor da cota principal (itens 68 e 70), que manifeste-se sobre o interesse em fornecer o quantitativo integral (cota principal + cota reservada).

7.7.3. Caso o vencedor da cota principal não tenha interesse em fornecer a totalidade dos produtos, o Pregoeiro oportunizará aos licitantes remanescentes, em ordem de classificação, que manifestem o seu interesse, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

7.7.4. Nos casos dispostos nos itens 7.7.2 e 7.7.3 os licitantes que manifestaram interesse em absorver o quantitativo da cota reservada, terão o quantitativo total registrado na Ata de Registro de Preços, para eventuais aquisições.

⁴ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 29, §§ 2º e 3º.

7.8. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.9. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) Não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, desde que se trate de vício insanável;

b) Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

7.9.1. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.9.1.1. Será considerado como indício de inexequibilidade valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste edital.

7.9.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. Por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) em nome do sócio majoritário da empresa licitante.

8.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.1.3. Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1.2 e 4.12.6 deste edital.

8.3. A documentação de habilitação consistirá em:

8.3.1. Habilitação jurídica:

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) **Microempreendedor Individual - MEI (desde que admitida a sua participação):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.3.3. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3.3.1. A comprovação desta habilitação obtida *on line* pelo(a) pregoeiro(a), que verificará a validade dos documentos.

8.3.3.2. Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o(a) pregoeiro(a) poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

8.3.3.2.1. Caso o(a) pregoeiro(a) não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, a licitante será convocada a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação⁵.

8.3.4. Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3.4.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.3.5. No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes

⁵ Conforme IN 03/2018 SICAF.

por parte dos cooperados que executarão o contrato;

l) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.4. Exigir-se-á das licitantes as declarações:

a) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21;

b) De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) De que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) De que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

e) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

8.4.1. As declarações constantes no item acima serão exigidas no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.12.

8.4.2. A licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação do(a) pregoeiro(a), os documentos exigidos no item 8.3.5 (no caso de cooperativas) e demais documentos que não constem no SICAF, incluindo-os como anexos no Sistema Compras.Gov.

8.5. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

8.6. O prazo previsto nos itens 8.4.2 e 8.5 poderá ser prorrogado por igual período em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente⁶.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o(a) pregoeiro(a) considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

⁶ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 39, §5º.

8.9. Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o Cadastro de Reserva, que se refere ao registro:

9.1.1. Das licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. Das licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.2. No prazo de até 1 (um) dia útil contado da homologação da licitação, os interessados em compor o Cadastro de Reserva deverão enviar e-mail para scon@tre-pr.jus.br, com as seguintes informações:

| |
|--|
| Empresa: |
| CNPJ: |
| Endereço completo (com CEP): |
| Telefone: |
| E-mail: |
| Banco: |
| Agência: |
| Nº Conta Corrente: |
| Nome do Representante Legal (que dará aceite à Nota de Empenho): |
| CPF do Representante Legal (que dará aceite à Nota de Empenho): |
| Número da Licitação: |
| Número do(s) item(ns) para os quais deseja participar do Cadastro de Reserva: |
| Valor(es) ofertado(s) para cada item, nos termos dos itens 9.1.1 e 9.1.2: |

9.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes registrados na ata.

9.3.1. A apresentação de novas propostas na forma de Cadastro de Reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada;

9.3.2. Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aquelas que mantiverem sua proposta original.

9.4. O chamamento das licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuado quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

9.4.1. Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de

preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

9.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;

9.4.3. Quando houver a necessidade de contratação, nos termos do item 9.3, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 7 e 8 deste edital.

9.5. Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.5.1. Convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência – Anexo I, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, nos termos do item 9.

10.8. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por

órgãos ou entidades não participantes.

11. DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENVIADOS APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME⁷

11.1. Das informações a serem encaminhadas: em até 3 (três) dias úteis contados da homologação do certame, a licitante vencedora deverá encaminhar, via e-mail, para a Seção de Execução Orçamentária (seo@tre-pr.jus.br), as seguintes informações:

| |
|---|
| Empresa: |
| CNPJ: |
| Endereço completo (com CEP): |
| Telefone: |
| E-mail: |
| Banco: |
| Agência: |
| Nº Conta Corrente: |
| Nome do Representante Legal (que dará o aceite à nota de empenho): |
| CPF do Representante Legal (que dará o aceite à nota de empenho): |

11.1.1. O título do e-mail solicitado no item 11.1 deverá ser: PE 90.006/2024 – Informações para formalização da contratação.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos, que deverão ser feitos por meio eletrônico (*e-mail* cpl@tre-pr.jus.br), é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

12.2. O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

12.4. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema Compras.gov pelo(a) pregoeiro(a).

13. DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta dos

⁷ Sem prejuízo de demais documentos que eventualmente sejam solicitados neste edital e seus anexos.

elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

13.2. Após a indicação da empresa vencedora pelo(a) pregoeiro(a) e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, notificando-a para que manifeste o aceite respectivo.

13.2.1. A empresa deverá manifestar o aceite da Nota de Empenho, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do comunicado feito pelo TRE/PR.

13.2.2. Não ocorrendo aceite da Nota de Empenho no prazo determinado no item 13.2.1, injustificadamente, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.

14. DO PAGAMENTO

14.1. Do documento fiscal: O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado, por e-mail (slogmat@tre-pr.jus.br), em formato “.pdf.

14.1.1. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

14.1.2. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, bem como, apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado e habilitado na dispensa eletrônica e constante nos documentos entregues.

14.1.3. Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento.

14.1.3.1. CNPJ da Contratada;

14.1.3.2. CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;

14.1.3.3. Data de emissão da Nota Fiscal;

14.1.3.4. Descritivo dos valores unitário e total;

14.1.3.5. Dados bancários para créditos, Banco, Agência e Conta-Corrente, a qual deverá ser obrigatoriamente da própria contratada;

14.1.3.6. A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

14.2. Das condições do pagamento:

14.2.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

14.2.1.1. O prazo para atestado da Nota Fiscal é de até 10 (dez) dias úteis a partir do aceite da mesma pelo gestor da contratação, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências constantes neste edital e demais anexos.

14.2.1.2. O prazo para pagamento da Nota Fiscal é de 10 (dez) dias úteis após o atestado da mesma pelo fiscal designado para a contratação.

14.2.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 14.2.1.1 e 14.2.1.2 serão reduzidos para 5 (cinco) dias úteis.

14.2.1.4. A Nota Fiscal/Fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

14.2.1.5. O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da Nota Fiscal/Fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 4.7.1.

14.2.1.6. Da correção monetária: na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

$I = (6/100)/365$

14.2.1.7. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.2.2. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

14.2.3. O TRE-PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste aviso e/ou anexo(s).

14.3. Da regularidade fiscal:

14.3.1. Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da Contratada em vigor na data do pagamento.

14.3.1.1. A Contratada, inadimplente quanto à regularidade fiscal, estará

sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

14.3.1.2. A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela Contratada, anexada ao documento fiscal.

14.3.1.3. O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

14.4. Da substituição tributária: O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa.

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a);

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);

b) Multa (aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da contratação);

c) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

15.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2, a licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

15.5. Para a infração prevista no item 15.1.3, a licitante estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total adjudicado ou da contratação, conforme o caso.

15.6. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.8, a licitante estará sujeita à multa de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1 a 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.9. Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica a licitante vencedora sujeitas às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços (anexa a este edital).

15.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

15.16. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

15.17. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DOS RECURSOS

16.1. Das decisões proferidas pelo(a) pregoeiro(a), caberão recursos nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

16.2. A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestada imediatamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

16.2.1. Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

16.3. A falta de manifestação imediata importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

16.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 166 da Lei nº 14.133/21.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O(a) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos dos artigos 41 e 42 da IN SEGES/ME 73/21.

17.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) pregoeiro(a).

17.6. Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema Compras.gov, considera-se o horário das 12h às 18h.

17.7. No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de

recebimento do documento.

17.8. Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

17.9. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

18. INFORMAÇÕES

18.1. Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital, na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (www.tre-pr.jus.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br).

18.2. Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos através dos contatos abaixo:

1. Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelos telefones (41) 3330-8604, (41) 3330-8495, (41) 3330-8741 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br;
2. Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3072-4796, (41) 3330-8598, (41) 3330-8753 ou e-mail seled@tre-pr.jus.br.

18.3. O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 20 de março de 2024.

Sandra Mara Kovalski dos Santos
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo na categoria de expediente e gráfico** visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, nas demandas para 2024 e 2025, incluindo a realização das Eleições 2024, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência e na Planilha de Descritivo de Materiais, **Anexo II**, onde constam os descritivos, unidades de medida, código SIASG, quantidades a serem registradas e valores.
- 1.2. Natureza do Objeto:** aquisição de bens de consumo (expediente e gráfico).
- 1.3. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:** a aquisição será feita por meio de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços com vigência por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1.** A presente aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, tem como razão a necessidade de atendimento a todos os setores do TRE/PR, na capital e no interior, quanto ao fornecimento de materiais de expediente e gráfico, nas demandas para 2024 e 2025, incluindo a realização das Eleições 2024.
- 2.2.** Os materiais, seus descritivos, unidades de medida e quantidades a licitar foram planejados considerando margem de segurança e demandas anteriores, observando-se tanto os anos eleitorais como os não eleitorais, conforme Estudo Técnico Preliminar.
- 2.3.** Além disso, busca-se a aquisição de bens adequados às necessidades, através de descritivos minuciosos e com critérios de sustentabilidade, em conformidade com a Política de Logística Sustentável da instituição e, principalmente, contribuindo para utilização de materiais com menor impacto ao meio ambiente.
- 2.4.** Para garantir a aquisição visando uma margem de segurança para o material também foi observada a questão de não se extrapolar a quantidade ideal dos materiais, visando melhor aplicar os recursos públicos, com economicidade e comprometimento adequado do orçamento.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. Das obrigações da contratada:

- 3.1.1.** Os dados referentes aos itens, quantidades, unidades de medida, preços, marcas e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

modelos deverão ser idênticos aos que forem homologados no processo licitatório.

- 3.1.2. A contratada deverá manter-se em situação de regularidade fiscal durante a contratação, sendo condição necessária para emissão da nota de empenho e para o envio do pagamento.
- 3.1.3. Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.
- 3.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE/PR e atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com o fornecimento do objeto contratado.
- 3.1.5. Entregar todo o bem em perfeito estado, sem avarias externas ou defeitos tanto de fabricação como os ocasionados eventualmente no transporte.
- 3.1.6. A contratada terá seus produtos analisados, no ato do recebimento definitivo e serão recusados aqueles que não satisfizerem as especificações deste Termo de Referência.
- 3.1.7. São de responsabilidade da Contratada todos os encargos, tributos e despesas necessárias ao transporte e a entrega do objeto em perfeito estado de fornecimento, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

3.2. Das demais obrigações da contratada:

- 3.2.1. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e de acordo com as condições deste Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 3.2.2. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. **Da Sustentabilidade:** O foco principal da sustentabilidade, em relação à aquisição de materiais de consumo, está na busca pelo desenvolvimento da consciência quanto à real necessidade do seu consumo.
 - 4.1.1. Consumir com consciência significa decidir com cuidado e atenção aquilo que você compra e usa no seu cotidiano. Trata-se de ser mais racional e ter conhecimento dos impactos trazidos pelo consumo de determinado item; utilizar sem desperdício, sem sobras, sem estoques desnecessários.
 - 4.1.2. Os critérios de sustentabilidade exigidos (tanto ambiental como social) para cada item constam nos respectivos descritivos, na Planilha de Descritivo de Materiais, **Anexo II** (coluna "B").
 - 4.1.2.1. Para o item 25, será exigida a apresentação do CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, regular, emitido para o fabricante do produto ofertado, seja ele o próprio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

licitante ou não, a ser apresentado durante a aceitação das propostas, conforme item 7.5 e seguintes do Edital.

- 4.1.2.2.** Para os itens 19, 20, 21, 29, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 64, 70 e 71, será exigida a apresentação da certificação FSC (Conselho de Manejo Florestal) ou CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro – Inmetro), a ser apresentado durante a aceitação das propostas, conforme item 7.5 e seguintes do Edital.

4.2. Indicação de marca ou modelo apenas como referência.

- 4.2.1.** A mencionada informação da marca não se trata de indicação, mas de mera referência, conforme disposto no Art. 41, I, “d”, da Lei 14.133/2021:

”Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I – indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

(...)

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela indicação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência”.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Condições de entrega: o prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias corridos,** contados da data do aceite da Nota de Empenho.
- 5.1.1.** O material solicitado deverá ser entregue na sua quantidade total, sendo rejeitadas as entregas parceladas e/ou produto/marca diferente da contratada.
- 5.2. Do local de entrega:** as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 13h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Logística de Materiais pelos telefones (41) 3072-4839, (41) 3330-8335 ou (41) 3072-4879, ou pelo e-mail slogmat@tre-pr.jus.br.
- 5.2.1.** A empresa deverá efetuar a entrega do produto acompanhado da nota fiscal ou do DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) correspondentes, podendo efetuar o envio antecipado do documento fiscal através do e-mail slogmat@tre-pr.jus.br.
- 5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica:** para os materiais insertos nesta categoria somente será exigida a garantia legal decorrente do Código de Defesa do Consumidor.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.4. O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.5. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.6. O fiscal/gestor da contratação comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.7. O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.8. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados.

7. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

- 7.1. **Do recebimento provisório:** os materiais serão recebidos provisoriamente pela Seção de Logística de Material – SLOGMAT e encaminhados à Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMC, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e para providências quanto ao recebimento definitivo.
- 7.2. **Do recebimento definitivo:** Os materiais serão recebidos definitivamente pela Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMC no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.3. **Dos bens rejeitados:** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser **substituídos** no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação do gestor, às suas custas (sem quaisquer ônus adicionais à proposta), sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - 7.3.1. Esgotado o prazo sem que haja correção ou substituição do material em desacordo, os dias excedentes serão considerados como de atraso na entrega, cabendo a aplicação das sanções previstas no edital.
 - 7.3.2. Para o caso de material recusado em razão de desacordo com as características contratadas, substituído ou não, deve ser retirado pelo fornecedor, às suas expensas, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, estes contados de notificação expressa feita pelo Gestor da contratação para o recolhimento do bem, sob pena de perdimento de bens pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

- 7.3.3.** Em não havendo a retirada do material recusado no prazo acima citado, o TRE/PR poderá efetuar sua inclusão em lotes para desfazimento por doação, a ser realizada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 8.2.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados nesta contratação, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- 8.3.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução desta contratação com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1.** As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas, sendo que este Tribunal se reserva o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO adquirir nenhum item.
- 9.2.** Em atendimento ao item § 4º do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, no momento da aquisição serão priorizados os produtos da cota reservada, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 9.3.** Os licitantes deverão cotar os preços dos materiais, seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aqueles que não puderem atender às condições do edital.
- 9.4.** Nos valores cotados deverão estar incluídas todas as despesas, tais como fretes, despesas com empregados, equipamentos, veículos, combustíveis, seguros, tributos, dentre outros, que comporão o preço final da proposta do certame.
- 9.5.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMCM, por meio dos telefones (41) 3330-8788, (41) 3330-8991, (41) 3072-4815 e (41) 3072-4816 ou pelo e-mail **sgmc@tre-pr.jus.br**, com Lilian.

| Anexo II - Planilha de Descritivo de Materiais | | | | | | |
|--|--|---|------------|--------------|---------------------------------|------------------------------|
| ITEM | MATERIAL E DESCRITIVO | UNIDADE DE COMPRA | QUANTIDADE | CÓDIGO SIASG | PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO | PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL |
| 1 | ADESIVO PARA ACABAMENTO GRÁFICO INDUSTRIAL Material: PVA e polímeros vinílicos; Cor: branca; Unidade de medida: barrica com 4 kg. Prazo de validade: 12 (doze) meses a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) entre a data de fabricação e a data de entrega; Critério de Sustentabilidade: - O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. | barrica de 4kg | 20 | 243393 | R\$ 114,45 | R\$ 2.289,00 |
| 2 | ALFINETE PARA MAPA Material: haste em aço níquelado; Cabeça: Tipo taça em poliestireno; Modelo: Tipo "push pin"; Cor: diversas; Medida padrão de mercado: comprimento mínimo da parte metálica 8mm; e 25mm no mínimo de comprimento total; Unidade de medida: caixa contendo 50 alfinetes; Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Objeto confeccionado com matéria-prima de metal, passível de reciclagem. | cx. c/50 alfinetes | 100 | 234073 | R\$ 4,96 | R\$ 496,00 |
| 3 | ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 03 TAM P Material: Caixa de plástico rígido, com esponja absorvente revestida de tecido, tipo entintada; Medidas aproximadas de : 12cm de comprimento x 9cm de largura; COR DA TINTA as cores serão definidas por ocasião da emissão da Nota de Empenho, com opções para azul e preta; Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) entre a data de fabricação e a data de entrega; Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas <u>maiores</u> ; Unidade de medida: unidade; Critério de Sustentabilidade 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR. | unidade | 1000 | 234061 | R\$ 5,74 | R\$ 5.740,00 |
| 4 | APONTADOR COMUM Modelo: para lápis; Material: metálico; Medida: tamanho pequeno, com uma abertura para lápis comum, sem depósito; Unidade de medida: unidade; Critério de Sustentabilidade 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Objeto confeccionado com matéria-prima de metal, passível de reciclagem. | unidade | 300 | 468205 | R\$ 1,26 | R\$ 378,00 |
| 5 | ARAME N 20 PARA GRAMPEADEIRA rolo com aprox. 2 KG Material: Arame Galvanizado; Uso: para grampeador número 20 (bitola 0,90mm) carretel com aproximadamente 2Kg; Apresentação: em rolo; Unidade de medida: rolo com mínimo 2 KG. Critério de Sustentabilidade: - O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. | rolo de 2kg | 6 | 265080 | R\$ 119,33 | R\$ 715,98 |
| 6 | BANDEJA DE EXPEDIENTE/CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA EM MADEIRA/MDF - SIMPLES Material: Madeira/MDF; Medidas aprox.: 270mm x 370mm x 45mm (h), <u>com espessura mínima de 8mm;</u> Acabamento: pintura em verniz transparente próprio para o material, ou ainda com acabamento na cor preta; Unidade de Medida: unidade; Critérios de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material em madeira, passível de reciclagem, através de coleta seletiva. | unidade | 130 | 361288 | R\$ 37,30 | R\$ 4.849,00 |
| 7 | BASTÃO (TUBO) PARA BANNER EM PVC PLÁSTICO 3/4 POLEGADA Uso: Banner; Material: PVC; Medidas: 19/20mm x 3m de comprimento; a medida de 19mm conta-se na parte exten da do tubo; Cor: preto; Modelo: tipo "C" - com rasgado de 2mm (abertura longitudinal para fixação do banner); Unidade de medida: barra de 3 metros de comprimento; Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material confeccionado em plástico passível de reciclagem. | Unidade (por unidade entende-se barra de 3 m) | 500 | 269187 | R\$ 16,72 | R\$ 8.360,00 |

| | | | | | | |
|----|--|----------------|------|--------|-----------|--------------|
| 8 | <p>BORRACHA APAGADORA BRANCA Material: BORRACHA ISENTA DE PVC, cuja comprovação deverá ser realizada no momento da entrega do material; - A característica material livre de PVC deverá constar na embalagem do material ou ainda por apresentação de certificação emitida por Instituição Pública Oficial, ou por Instituição Credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital, cuja comprovação deverá ser feita no momento da entrega do material; Características: Borracha apagadora de escrita, que apague sem borrar ou manchar, <u>sem cinta plástica</u>; Cor: branca; Medidas aproximadas: 25mm larg x 40mm compr. x 10mm h; Prazo de validade: 12 (doze) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega; Características adicionais: O material deverá manter suas características originais ao longo de sua validade, sem que ocorra endurecimento ou perda das condições ideais de uso. Caso a data final de validade ultrapasse o prazo mínimo exigido, prevalecerá o maior prazo para aferição das condições acima referidas; Marca de Referência: Leo e Leo; Unidade de medida: Unidade;</p> <p>Critério de Sustentabilidade 1. Material livre de PVC, o que significa que não há emissão de substâncias nocivas geradas ao longo do processo de fabricação do PVC (na produção do gás cloro por eletrólise e na combinação do cloro com o etileno para produzir etileno diclorotado) que são, principalmente, dioxinas, furanos e PCBs, conhecidos como organoclorados; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Item sustentável no Catálogo de Materiais.</p> | unidade | 460 | 428584 | R\$ 1,06 | R\$ 487,60 |
| 9 | <p>CANETA MARCA TEXTO Material: corpo em plástico; Modelo: marca texto; COR DA TINTA: as cores serão definidas por ocasião da emissão da Nota de Empenho, com opções para amarelo e verde; Tinta: fluorescente; <u>atóxica à base de água</u>; - A composição com tinta atóxica deverá estar escrita na embalagem, a ser comprovada por ocasião da entrega do material; Características: ponta chanfrada, <u>largura mínima do traço de 4mm</u>, carga não recarregável; Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega; Apresentação: em embalagem com 12 (doze) unidades; Unidade de medida: caixa com 12 (doze) canetas. IMPORTANTE: O material deverá suportar estocagem por este prazo sem perda das condições ideais de uso. Caso a data final de validade estabelecida pelo fabricante do produto ultrapasse o prazo mínimo exigido, prevalecerá o maior prazo;</p> <p>Critério de Sustentabilidade 1. Composição com tinta atóxica à base de água; 2. Objeto confeccionado com matéria-prima passível de reciclagem 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | cx c/12un. | 325 | 338120 | R\$ 29,03 | R\$ 9.434,75 |
| 10 | <p>CAPA DE PVC PARA ENCADERNACAO TAMANHO A4, TRANSPARENTE E PRETA Material: PVC; Cor: 8 pacotes transparente e 8 pacotes na cor preta; Tamanho: A4 - 210mm x 297mm; Unidade de medida: pacote com 100 unidades.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material em PVC, passível de reciclagem, a partir de coleta seletiva.</p> | pct. c/ 100un. | 16 | 330082 | R\$ 40,43 | R\$ 646,88 |
| 11 | <p>CLIPS Nº 0/0 Material: aço carbono, com tratamento superficial niquelado; Cor: prateado; Formato: tipo paralelo; Medida padrão de mercado: nº 0 - medidas aproximadas: comprimento de 30mm e largura de 9mm; Apresentação: Caixa contendo 100 clips; Embalagem: Na embalagem do produto deve estar gravada, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca e/ou identificação do fabricante e as características de medida (nº) e material niquelado; Unidade de medida: caixa contendo 100 clips; Marca de referência: BACCHI e ACC.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1.O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | cx c/100 un. | 1100 | 298736 | R\$ 2,90 | R\$ 3.190,00 |
| 12 | <p>CLIPS Nº 4/0 Material: aço carbono, com tratamento superficial niquelado; Cor: prateado; Formato: tipo paralelo; Medida padrão de mercado: nº 4/0 - medidas aproximadas: comprimento de 41mm e largura de 12mm; Apresentação: Caixa contendo 50 clips; Embalagem: Na embalagem do produto deve estar gravada, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca e/ou identificação do fabricante e as características de medida (nº) e material niquelado; Unidade de medida: caixa contendo 50 clips; Marca de referência: BACCHI e ACC.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | cx. c/50un. | 1300 | 292031 | R\$ 5,01 | R\$ 6.513,00 |

| | | | | | | |
|----|---|-----------------|------|--------|------------|--------------|
| 13 | <p>COLA BRANCA 90G Material: polivinil acetato; Modelo: escolar; Cor: branca; Base composição: PVA lavável, atóxica à base de água; - A composição deverá constar escrita no frasco individual da cola; Peso: mínimo de 90g; Características adicionais: pastosa; Certificação INMETRO: Por ocasião do julgamento da proposta o fornecedor deverá comprovar que o produto tem o Selo INMETRO, na forma da Portaria n. 481/2010, que em seu art. Art. 3º, institui a certificação compulsória para Artigos Escolares, a qual deverá ser realizada por Organismo de Avaliação da Conformidade - OAC, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados. Composição com base atóxica (à base de água); Comprovação: a certificação do INMETRO e a composição atóxica à base de água deverá ser comprovada pelo fornecedor, na ocasião do julgamento da proposta, por provocação do pregoeiro; Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. - A data deve constar no frasco individual da cola; Unidade de medida: tubo/bisnaga de 90g.</p> <p>Critério de Sustentabilidade 1. Apresentação do Selo INMETRO, no corpo da embalagem na forma da Portaria n. 481/2010; 2. Composição atóxica à base de água; 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | bisnaga de 90 g | 2100 | 282967 | R\$ 2,10 | R\$ 4.410,00 |
| 14 | <p>COLA EM BASTAO 10G Base: d'água e atóxica (a composição deverá estar escrita no tubo individual da cola); Peso: 10g; Características adicionais: secagem rápida, contendo tampa hermética que evita ressecamento; Certificação INMETRO: Selo INMETRO, na forma da Portaria n. 481/2010, que em seu art. Art. 3º, institui a certificação compulsória para Artigos Escolares, a qual deverá ser realizada por Organismo de Avaliação da Conformidade - OAC, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos ora aprovados; Comprovação: a certificação do INMETRO e a composição atóxica à base de água deverão ser comprovados pelo fornecedor, na ocasião do julgamento da proposta, por provocação do pregoeiro; Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. - A data deve constar no frasco individual da cola; Unidade de medida: tubo/bisnaga;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Apresentação do Selo INMETRO, na forma da Portaria n. 481/2010; 2. Composição com base atóxica (à base de água); 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | bisnaga de 10 g | 1900 | 394788 | R\$ 2,27 | R\$ 4.313,00 |
| 15 | <p>COLA TRANSPARENTE ADESIVA INSTANTANEA Base composição: ester de cianocrilato (a composição deverá estar escrita no frasco individual da cola); Apresentação: em tubo/bisnaga; Cor: transparente; Peso: mínimo de 5g; Características adicionais: adesiva instantânea, para aplicação em superfícies de porcelana, plástico, metal, madeira, couro, borracha e cartolina; Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. (a data deve constar no frasco individual da cola); Unidade de medida: bisnaga de 5g</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | bisnaga de 5g | 75 | 281629 | R\$ 5,52 | R\$ 414,00 |
| 16 | <p>CORDAO PARA CRACHA COM PRENDEDOR "JACARE" PERSONALIZADO Material: cordão em 100% poliester; Destinação: para crachá; Cor: Azul marinho; Medidas aproximadas : 12mm largura x 800mm de comprimento; Características adicionais: com prendedor tipo jacaré em metal na ponta do cordão; Personalização: Deverá conter os dizeres "TRE-PR" ao longo do cordão. A amostra do material fica disponível na Seção de Gestão de Material de Consumo a partir da emissão da Nota de Empenho; Apresentação: Os cordões deverão estar cintados, com a quantidade 100 unidades por embalagem; Unidade de medida: pacote com 100 cordões;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | pct. c/100un. | 38 | 255815 | R\$ 173,63 | R\$ 6.597,94 |
| 17 | <p>CORRETIVO EM FITA Material: base poliacrilato; - corpo plástico transparente; - fita com base poliacrilato; Medidas mínimas: 4mm de largura x 6m de comprimento; Características adicionais: tipo roller, com ponta flexível, formato ergonômico, sem solvente, sem ácido e não tóxico, com mecanismo interno para impedir travamento, com capa plastica protetora para o bico da embalagem onde a fita corretiva fica exposta; Prazo de validade: mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega ao tribunal, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deverá constar na embalagem individualizada, impressa de fábrica; Apresentação: em embalagens individualizadas tipo cartela; Unidade de medida: unidade;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material em plástico passível de reciclagem.</p> | unidade | 150 | 240710 | R\$ 4,49 | R\$ 673,50 |

| | | | | | | |
|----|---|---|------|--------|-----------|--------------|
| 18 | <p>ELASTICO AMARELO Material: latex; Destinação: aplicação em serviços de escritório; Cor: amarela; Medida: tamanho padrão de mercado n. 18; Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deve constar na embalagem individual do material; Unidade de medida: caixa/pacote com 50g;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | caixa/pacote com 50 g | 1150 | 602172 | R\$ 2,08 | R\$ 2.392,00 |
| 19 | <p>ENVELOPE KRAFT TIMBRADO PEQUENO Material: Papel kraft 100% fibra virgem de cor clara; Gramatura do papel: 80g/m2; Formato: tipo saco, com abertura do lado menor; Medidas: com 160mm de largura e 230mm de comprimento (tamanho pequeno); Certificação FSC/CERFLOR: Selo de Cadeia de Custódia, que deverá ser comprovada pelo fornecedor no julgamento da proposta, mediante provocação do pregoeiro, por: - declaração que ateste o cumprimento da exigência quanto à origem legal da madeira - DOF; - a declaração será dispensada quando o papel possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal –Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –Sinmetro–Inmetro. Certifica o manejo sustentável da Floresta e o rastreabilidade da origem da matéria prima, de acordo com as Normas Brasileiras ABNT-NBR) ou FSC(Forest Stewardship Council -Conselho de Manejo Florestal). Impressão personalizada: 1x0, com impressão do timbre do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, letra arial, tamanho 14 e brasão da República; Modelo do envelope: A amostra do envelope fica disponível na Seção de Gestão de Material de Consumo a partir da emissão da Nota de Empenho. Embalagem: Dentro da embalagem os envelopes deverão estar cintados de 50 em 50 unidades; Unidade de medida: pacote com 250 envelopes</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Confeção do envelope com papel obtido através de madeira de origem legal, com a apresentação do DOF(instituído pela Portaria nº253 de 18 de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente –MMA. Trata-se de licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, em substituição à ATPF. O DOF acompanhará, obrigatoriamente, o produto ou subproduto florestal nativo, da origem ao destino nele consignado, por meio de transporte individual: rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo.), preferencialmente reciclado. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Material confeccionado em papel, passível de reciclagem.</p> | Unidade (por unidade entende-se pacote com 250 envelopes) | 42 | 459311 | R\$ 51,46 | R\$ 2.161,32 |
| 20 | <p>ENVELOPE KRAFT TIMBRADO GRANDE Material: Papel kraft 100% fibra virgem de cor clara; Gramatura do papel: 80g/m2; Formato: tipo saco, com abertura do lado menor; Medidas: com 260mm de largura e 360 mm de comprimento (tamanho grande); Certificação FSC/CERFLOR: Selo de Cadeia de Custódia, que deverá ser comprovada pelo fornecedor no julgamento da proposta, por: - declaração que ateste o cumprimento da exigência quanto à origem legal da madeira - DOF; - a declaração será dispensada quando o papel possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal –Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –Sinmetro–Inmetro. Certifica o manejo sustentável da Floresta e o rastreabilidade da origem da matéria prima, de acordo com as Normas Brasileiras ABNT-NBR) ou FSC(Forest Stewardship Council -Conselho de Manejo Florestal). Impressão personalizada: 1x0, com impressão timbre TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, letra arial, tamanho 14 e brasão da República; Modelo do envelope: A amostra do material fica disponível na Seção de Gestão de Material de Consumo a partir da emissão da Nota de Empenho. Embalagem: Dentro da embalagem os envelopes deverão estar cintados de 50 em 50 unidades; Unidade de medida: pacote com 100 envelopes / centena</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Confeção do envelope com papel obtido através de madeira de origem legal, com a apresentação do DOF(instituído pela Portaria nº253 de 18 de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente –MMA. Trata-se de licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, em substituição à ATPF. O DOF acompanhará, obrigatoriamente, o produto ou subproduto florestal nativo, da origem ao destino nele consignado, por meio de transporte individual: rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo.), preferencialmente reciclado. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Material confeccionado em papel, passível de reciclagem.</p> | Unidade (por unidade entende-se pacote com 100 envelopes) centena | 180 | 459338 | R\$ 18,85 | R\$ 3.393,00 |
| 21 | <p>ENVELOPE KRAFT TIMBRADO EXTRA GRANDE Material: Papel kraft 100% fibra virgem de cor clara; Gramatura: 110 g/m², tipo saco comum, com abertura do lado menor; o envelope deverá suportar o peso de até 02 quilos; Medidas: com 310mm de largura e 410mm de comprimento (tamanho extra grande); Certificação FSC/CERFLOR: Selo de Cadeia de Custódia, que deverá ser comprovada pelo fornecedor no julgamento da proposta, por: - declaração que ateste o cumprimento da exigência quanto à origem legal da madeira - DOF; - a declaração será dispensada quando o papel possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal –Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –Sinmetro–Inmetro. Certifica o manejo sustentável da Floresta e o rastreabilidade da origem da matéria prima, de acordo com as Normas Brasileiras ABNT-NBR) ou FSC(Forest Stewardship Council -Conselho de Manejo Florestal). Impressão personalizada: 1x0, com impressão timbre TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, letra arial, tamanho 14 e brasão da República; Modelo do envelope: A amostra do material fica disponível na Seção de Gestão de Material de Consumo a partir da emissão da Nota de Empenho. Apresentação: O material deverá vir internamente nas caixas de embalagem cintados de 50 em 50 unidades; Unidade de medida: pacote com 100 envelopes / centena.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Confeção do envelope com papel obtido através de madeira de origem legal, com a apresentação do DOF(instituído pela Portaria nº253 de 18 de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente –MMA. Trata-se de licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, em substituição à ATPF. O DOF acompanhará, obrigatoriamente, o produto ou subproduto florestal nativo, da origem ao destino nele consignado, por meio de transporte individual: rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo.), preferencialmente reciclado. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Material confeccionado em papel, passível de reciclagem.</p> | Unidade (por unidade entende-se pacote com 100 envelopes) centena | 170 | 473194 | R\$ 45,06 | R\$ 7.660,20 |

| | | | | | | |
|----|---|----------------------------------|-----|--------|-----------|---------------|
| 22 | <p>ESTILETE COM LÂMINA DE 18MM Material: corpo plástico resistente; Lâmina: 18mm de largura; Características adicionais: tipo retrátil e fixação com encaixe de pressão; Unidade de medida: unidade;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de reciclagem, em coleta seletiva.</p> | unidade | 260 | 227512 | R\$ 3,17 | R\$ 824,20 |
| 23 | <p>ESTILETE COM LAMINA DE 18 MM EMBORRACHADO Material: corpo plástico resistente; Lâmina: de 18mm de largura; Características adicionais: tipo retrátil e fixação com encaixe de pressão, <u>emborrachado</u>, com guia e ponta de metal, com trava de segurança; Unidade de medida: unidade;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de reciclagem, em coleta seletiva.</p> | unidade | 50 | 397293 | R\$ 11,97 | R\$ 598,50 |
| 24 | <p>ETIQUETA ADESIVA A4 - COR BRANCA - FL C/14 ETIQUETAS Material: papel adesivo; Tamanho do papel: formato A4; Modelo: para impressão em impressora laser ; Medidas da etiqueta: 38mm de altura x 99mm de largura, formando 2 carreiras com 7 etiquetas cada carreira, totalizando 14 etiquetas na folha A4.; Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 3 (três) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data de validade deve constar na embalagem do material; Unidade de medida: <u>pacote contendo 100 fis. de papel adesivo contendo 14 etiquetas cada folha, totalizando 1.400 etiquetas/pacote;</u></p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1.O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, e também que as caixas possam ser reutilizadas e ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | pct com 100 fis de 14 etiq. Cada | 600 | 311045 | R\$ 50,38 | R\$ 30.228,00 |
| 25 | <p>FITA ADESIVA DUPLA FACE 12MM x 30 METROS Material: polipropileno, tipo acrílica; Tipo: dupla face; Medidas: largura 12mm e comprimento 30m; Cor: branca; Aplicação: multiuso; Validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. O prazo de validade deve constar no tubo central do material; Certificação CTF/APP: Por ocasião do julgamento da proposta o fornecedor deverá apresentar o CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, regular, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013; Embalagem: Na embalagem do produto deve estar gravada, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca e/ou identificação do fabricante e as características; Unidade de medida: <u>rolo com 30 (trinta) metros;</u></p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Apresentação pelo fornecedor do CTF/APP; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | unidade/rolo | 630 | 278986 | R\$ 3,30 | R\$ 2.079,00 |
| 26 | <p>GRAMPO PARA GRAMPEADOR INDUSTRIAL Material: metal galvanizado; Tamanho: 9/14, para grampeador industrial; Apresentação: Caixa com 5.000 grampos; Unidade de medida: <u>Caixa com 5.000 grampos;</u></p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | cx. c/5.000 grampos | 30 | 203146 | R\$ 22,30 | R\$ 669,00 |
| 27 | <p>GRAMPO TRILHO PLÁSTICO - PRENDEDOR DE PROCESSO Material: Plástico; Cor: branca; Apresentação: trilho; Tipo: haste; Comprimento mínimo da haste: 8cm; Largura: 1cm; Características Adicionais: Travas Bilaterais, Braços Flexíveis, Resistentes; Unidade de medida: <u>pacote com 50 unidades.</u></p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de reciclagem, em coleta seletiva.</p> | pacote com 50 unidades | 110 | 371956 | R\$ 15,97 | R\$ 1.756,70 |
| 28 | <p>LAMINA PARA ESTILETE Material: Metal; Medida: 18mm; Apresentação: Embalagens com 10 lâminas; Unidade de Medida: <u>Embalagem com 10 lâminas;</u></p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de reciclagem, em coleta seletiva.</p> | embalagem c/10un | 75 | 256554 | R\$ 5,64 | R\$ 423,00 |

| | | | | | | |
|----|---|--|-----|--------|------------|---------------|
| 29 | <p>LAPIS PRETO Material: madeira e grafite; Modelo: n. 2 - grafite HB - sem borracha apagadora, apontados; Cor: preta; Formato: cilíndrico ou sextavado; Coertura da madeira: Deverá ser recoberto com tinta e verniz atóxicos ou ainda recoberto com resina plástica e corante, não laváveis, que não manche a mão ao ser manuseado; Medidas: comprimento mínimo de 17cm; Selo de Cadeia de Custódia: confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável, com Selo CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), que deverá vir estampado na embalagem individual do material; Comprovação por ocasião do julgamento da proposta pelo fornecedor: O fornecedor deverá comprovar no ato da proposta tratar-se de material conforme especificação, com apresentação de catálogo e foto da embalagem do produto, para confirmação dos dados, principalmente o selo de cadeia de custódia CERFLOR ou FSC . Apresentação: em caixa contendo 144 unidades (1 grossa); Nome do fabricante: No corpo de lápis deve constar o nome do fabricante; Unidade de medida: grossa (->144 lápis);</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material em madeira proveniente de manejo sustentável, comprovado através de certificação ambiental, com apresentação de Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. Coertura da madeira: Deverá ser recoberto com tinta e verniz atóxicos ou ainda recoberto com resina plástica e corante, não laváveis, que não manche a mão ao ser manuseado. 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 4. Material confeccionado em madeira e grafite, que uma vez descartado não gera impacto no meio ambiente.</p> | grossa = caixa com 144 unidades de lápis | 12 | 416540 | R\$ 54,00 | R\$ 648,00 |
| 30 | <p>MOUSE PAD ERGONOMICO COM APOIO EM GEL PARA PUNHO Material: - Superfície: neoprene: fatia de borracha expandida sob alta pressão e temperatura, revestida de tecido; - Base: em poliuretano; - Apoio para os punhos: Gel, não serão aceitos produtos com apoio em espuma; - Revestimento: de tecido na parte superior e em material anti-derrapante na parte inferior; Formato: ovalado; Tipo: com apoio para o punho em gel; Informações adicionais: Sem impressos na superfície, exceto a marca do fabricante; Cor: preta; Corte: a laser; Medidas mínimas da base: 22cm de largura x 25cm de comprimento total x 0,5cm de altura; Medidas mínimas do apoio em gel: 7cm de largura x 12cm de comprimento x 1cm de altura; Unidade de medida: unidade; IMPORTANTE: Por ocasião do julgamento da proposta o fornecedor deverá comprovar por catálogo que o material solicitado está de acordo com a matéria-prima solicitada, bem como as medidas da base e do apoio em gel. <u>Não serão aceitos produtos com apoio em espuma.</u></p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | unidade | 800 | 394901 | R\$ 15,00 | R\$ 12.000,00 |
| 31 | <p>MOUSE PAD RETANGULAR Base: borracha neoprene e acabamento superficial em PVC cristal texturizado; Medidas aproximadas: 22cm x 19 cm x 5mm de espessura; Cor: preto; Unidade de medida: Unidade;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | unidade | 200 | 236958 | R\$ 5,84 | R\$ 1.168,00 |
| 32 | <p>PAPEL ADESIVO TIPO CONTACT Papel Adesivo Contact Transparente Cristal 60 Micra; Medidas: 45 cm X 25m; Acabamento superficial: brilhante; Unidade de medida: rolo com 25 metros;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | rolo c/25m | 250 | 486141 | R\$ 63,20 | R\$ 15.800,00 |
| 33 | <p>PAPEL AMARELO COLORSET MED. 66X96CM 75G - PACOTE COM 500 fls. Cor: amarelo; Gramatura: 75G; Medidas: 66cm x 96cm, tipo offset; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro. Unidade de medida: pacote com 500 fls.</p> <p>Critérios de Sustentabilidade: 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado.</p> | pct c/500fls | 13 | 290238 | R\$ 424,33 | R\$ 5.516,29 |
| 34 | <p>PAPEL AUTO ADESIVO FOSCO BRANCO 160G/170G MED. 66X96CM - PACOTE COM 100 fls . Material: Papel auto-adesivo; Tipo: fosco; Cor: branca; Medidas: 660mm de largura, 960mm de comprimento; Gramatura: de 160g/170g/m2 ; Apresentação: em embalagens com 100 fls. Embalagem original do fabricante de papel, garantindo a conservação do produto; Unidade de medida: Pacote com 100 folhas.</p> <p>Critérios de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado.</p> | pct c/100fls. | 8 | 405231 | R\$ 365,00 | R\$ 2.920,00 |

| | | | | | | |
|----|---|---------------|-----|--------|------------|---------------|
| 35 | <p>PAPEL AUTO ADESIVO FOSCO BRANCO 85G/90G MED. 66X96CM - pct. c/ 100 fls. Material: Papel auto-adesivo; Tipo: fosco; Cor: branca; Medidas: 660mm de largura, 960mm de comprimento; Gramatura: de 85g/90g/m2 ; Apresentação: em embalagens com 100 fls. Embalagem original do fabricante de papel, garantindo a conservação do produto; Unidade de medida: Pacote com 100 folhas.</p> <p><u>Critérios de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado.</p> | pct c/100fls. | 20 | 334482 | R\$ 300,17 | R\$ 6.003,40 |
| 36 | <p>PAPEL CHAMBRIL BRANCO OFSET 66X96CM 75G - 500 fls. Tipo: alta alvura; Gramatura: 75G; Medidas: 66cm x 96cm, tipo ofset; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro. Unidade de medida: pacote com 500 fls.</p> <p><u>Critérios de Sustentabilidade:</u> 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado.</p> | pct c/500fls | 115 | 290238 | R\$ 253,82 | R\$ 29.189,30 |
| 37 | <p>PAPEL CHAMBRIL BRANCO OFSET 66X96CM 90G - 250 fls. Tipo: alta alvura; Gramatura: 90G; Medidas: 66cm x 96cm, tipo ofset; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro. Unidade de medida: pacote com 250 fls.</p> <p><u>Critérios de Sustentabilidade:</u> 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado.</p> | pct c/250fls | 21 | 275432 | R\$ 160,41 | R\$ 3.368,61 |
| 38 | <p>PAPEL CHAMBRIL BRANCO OFSET 66X96CM - 120G - PACOTE COM 250 fls. Tipo: alta alvura; Gramatura: 120G; Medidas: 66cm x 96cm, tipo ofset; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro. Unidade de medida: pacote com 250fls.</p> <p><u>Critérios de Sustentabilidade:</u> 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado.</p> | pct c/250fls | 8 | 377531 | R\$ 192,21 | R\$ 1.537,68 |
| 39 | <p>PAPEL CHAMBRIL BRANCO OFSET 66X96CM 150G - PACOTE COM 250 fls. Tipo: alta alvura; Gramatura: 150G; Medidas: 66cm x 96cm, tipo ofset; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro. Unidade de medida: pacote com 250 fls.</p> <p><u>Critérios de Sustentabilidade:</u> 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado.</p> | pct c/250fls | 14 | 356755 | R\$ 253,31 | R\$ 3.546,34 |
| 40 | <p>PAPEL CHAMBRIL BRANCO OFSET 66X96CM 180G - PACOTE COM 125 fls. Tipo: alta alvura; Gramatura: 180G; Medidas: 66cm x 96cm, tipo ofset; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro. Unidade de medida: pacote com 125 fls.</p> <p><u>Critérios de Sustentabilidade:</u> 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado.</p> | pct c/125fls | 43 | 275430 | R\$ 141,42 | R\$ 6.081,06 |

| | | | | | | |
|----|---|--|-------|--------|------------|---------------|
| 41 | <p>PAPEL COLOR PLUS 120G MED. 66MM X 96MM (PACOTES COM 200 FOLHAS) Tamanho: 66cm x 96cm; Gramatura: 120 g/m2; Cores: as cores serão definidas por ocasião da emissão da Nota de Empenho, com opções para 12 cores; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro. Unidade de medida: pacote com 200 folhas;</p> <p>Critérios de Sustentabilidade: 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. Material 100% reciclável, sem danos ao meio ambiente. 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papel adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, e também que as caixas possam ser reutilizadas e ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 4. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado.</p> | pct c/200fs. | 50 | 259013 | R\$ 770,00 | R\$ 38.500,00 |
| 42 | <p>PASTA PLASTICA CLASSIFICADORA COM PRENDEDOR PLÁSTICO Material: polipropileno; Cor: Transparente; Tipo: com prendedor plástico tipo grampo trilho com no mínimo 8cm de haste; Medidas da pasta: aproximadamente 335mm x 230mm; Unidade de medida: unidade</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material confeccionado em plástico passível de reciclagem.</p> | unidade | 14000 | 421427 | R\$ 2,23 | R\$ 31.220,00 |
| 43 | <p>PASTA PLASTICA PORTA FOLHA Material: plástico PVC semi rígido (polipropileno flexível - estrutura firme) Tipo: "L" sem divisória; Aba: Aba lateral ou corte 1/2 lua na borda para fácil manuseio das folhas; COR : as cores fornecidas deverão ser nas opções para transparente, verde, amarelo, fumê, vermelha e azul, na medida de uma caixa de 100 pastas para cada cor; Medidas aproximadas: 305mm de comprimento x 220mm de largura x espessura de 0,35mm; Marca de Referência: DAC; Unidade de medida: caixa com 100 unidades.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material confeccionado em plástico passível de reciclagem.</p> | caixas com 100 unidades | 6 | 283063 | R\$ 89,79 | R\$ 538,74 |
| 44 | <p>PELICULA BOPP BRILHANTE 34cm x 350m Material: Filme BOPP transparente com acabamento brilhante para laminação térmica; Medidas: – Largura: 340 mm; – Comprimento: 350 metros; – Espessura mínima: 20 micra; Unidade de Medida: unidade de rolo com 350 metros; Uso: laminação térmica;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | Unidade (por unidade entende-se rolo com 350m) | 30 | 608335 | R\$ 232,39 | R\$ 6.971,70 |
| 45 | <p>PELICULA BOPP BRILHANTE 48cm x 350m Material: Filme BOPP transparente com acabamento brilhante para laminação térmica; Medidas: – Largura: 480 mm; – Comprimento: 350 metros; – Espessura mínima: 20 micra; Unidade de Medida: unidade de rolo com 350 metros; Uso: laminação térmica;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | Unidade (por unidade entende-se rolo com 350m) | 30 | 608335 | R\$ 283,53 | R\$ 8.505,90 |
| 46 | <p>PELICULA BOPP FOSCO - 34cm x 350m Material: Filme BOPP transparente com acabamento fosco para laminação térmica; Medidas: – Largura: 340 mm; – Comprimento: 350 metros; – Espessura mínima: 20 micra; Unidade de Medida: unidade de rolo com 350 metros; Uso: laminação térmica;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | Unidade (por unidade entende-se rolo com 350m) | 30 | 608336 | R\$ 240,73 | R\$ 7.221,90 |
| 47 | <p>PELICULA BOPP FOSCO - 48cm x 350m Material: Filme BOPP transparente com acabamento fosco para laminação térmica; Medidas: – Largura: 480 mm; – Comprimento: 350 metros; – Espessura mínima: 20 micra; Unidade de Medida: unidade de rolo com 350 metros; Uso: laminação térmica;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | Unidade (por unidade entende-se rolo com 350m) | 30 | 608336 | R\$ 283,53 | R\$ 8.505,90 |

| | | | | | | |
|----|--|---|-----|--------|------------|--------------|
| 48 | PINCEL ATOMICO/MARCADOR PERMANENTE NÃO RECARREGÁVEL Material: corpo em polipropileno rígido, ponta em poliéster; Tipo: marcador permanente, <u>descartável, não recarregável</u> ; Ponta: arredondada; Tinta: à base de álcool; COR DA TINTA: as cores serão definidas por ocasião da emissão da Nota de Empenho, com opções para azul e vermelho ou preto; Prazo de validade: 12 (doze) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data de fabricação deve vir impressa no material ou em sua embalagem. Importante: No corpo das canetas deve estar gravada, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca e/ou a identificação do fabricante; Apresentação: em embalagem com 12 (doze) unidades; Unidade de medida: <u>caixa com 12 (doze) unidades.</u> Critério de Sustentabilidade: - O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, e também que as caixas possam ser reutilizadas e ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. | cx c/12un. | 200 | 269693 | R\$ 39,60 | R\$ 7.920,00 |
| 49 | PINCEL PARA QUADRO BRANCO NÃO RECARREGÁVEL Material: corpo em polipropileno rígido, ponta em poliéster; Tipo: pincel atômico para quadro branco, descartável, não recarregável; Ponta: arredondada; Tinta: base de álcool; COR DA TINTA: as cores serão definidas por ocasião da emissão da Nota de Empenho, com opções para verde, azul e vermelho ou preto. Prazo de validade: 12 (doze) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega, devendo suportar estocagem por este prazo sem perda das condições ideais de uso. Caso a data final de validade estabelecida pelo fabricante do produto ultrapasse o prazo mínimo exigido, prevalecerá o maior prazo quanto ao seu desempenho; Importante: No corpo das canetas deve estar gravada, com caracteres visíveis e de forma indelével, a <u>indicação de uso "para quadro branco"</u> a marca e/ou a identificação do fabricante; Apresentação: em embalagem com 12 (doze) unidades; Unidade de medida: <u>caixa com 12 unidades.</u> Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. | cx c/12un. | 35 | 447945 | R\$ 35,81 | R\$ 1.253,35 |
| 50 | PLASTICO PARA PLASTIFICADORA - 20 MICRA - ROLO 60M X 34CM Material: Plástico para plastificadora em poliester; Medida: rolos de 60m de comprimento x 34cm de largura; Gramatura: mínimo de 20 micra; Unidade de medida: <u>rolo com 60 metros;</u> Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. | rolo c/60m | 45 | 352939 | R\$ 101,67 | R\$ 4.575,15 |
| 51 | POLA SEAL 220mm X 307mm X 125 MICRA Material: Plástico para plastificação; Medidas: 220mm x 307mm x 125 MICRA; Unidade de medida: <u>pacote com 100 unidade/peças.</u> Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. | pct. c/100 un. | 15 | 483798 | R\$ 109,08 | R\$ 1.636,20 |
| 52 | POLA SEAL 303mm X 426mm X 125 MICRA Material: Plástico para plastificação; Medidas: 303mm x 426mm x 125 MICRA; Unidade de medida: <u>pacote com 100 unidades/peças.</u> Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. | pct. c/100un. | 44 | 443457 | R\$ 115,14 | R\$ 5.066,16 |
| 53 | PONTEIRA 19/20mm X 20mm - COR PRETA Para utilização em bastão para banner Medidas: <u>19/20mm x 20mm de comprimento; a medida de 19/20mm conta-se na parte interna da ponteira.</u> Cor: preta; Unidade de medida: <u>pacote com 500 unidades;</u> Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material confeccionado em plástico passível de reciclagem. | Unidade (por unidade entende-se pacote com 500 ponteiros) | 20 | 397538 | R\$ 74,90 | R\$ 1.498,00 |
| 54 | PORTA LAPIS Material: Acrílico; Cor: fumê; Modelo: quadrado; Medidas: Cada lado com no mínimo 55mm de largura e 85mm de altura, na espessura de 3mm. Variação permitida nas medidas na razão de 5% (cinco por cento) para mais ou para menos; Unidade de medida: <u>unidade;</u> Crítérios de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material em plástico, passível de reciclagem, a partir de coleta seletiva. | unidade | 80 | 247159 | R\$ 8,94 | R\$ 715,20 |

| | | | | | | |
|----|--|----------------------|-----|--------|-----------|---------------|
| 55 | PRANCHETA Material: MDF natural; Cor: apenas com pintura de verniz para acabamento e proteção do mdf; Medidas aproximadas: largura 235mm, comprimento 325mm e espessura em toda a superfície com 3mm; Características adicionais: cantos arredondados, com prendedor em metal; Embalagem: o material deverá ser entregue em embalagens individualizadas para o fim de proteger sua superfície de riscos e arranhões; Unidade de medida: unidade; Crítérios de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. | unidade | 650 | 413335 | R\$ 8,44 | R\$ 5.486,00 |
| 56 | PRENDEDOR PARA CRACHA TIPO JACARE Material: metal com alça em plástico leitoso; Tipo: padrão jacaré; Alça: em material plástico para fixação em porta crachá; Embalagem: o material deverá vir em pacotes com 100 unidades; Unidade de medida: pacote com 100 /unidades/prenedores; Crítérios de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo; 2. Material contendo plástico e metal, passível de reciclagem a partir de coleta seletiva. | pct. c/100un. | 50 | 357220 | R\$ 46,34 | R\$ 2.317,00 |
| 57 | SACO PLASTICO 100mm X 150mm x 0,06mm espessura (150 micra) Material: plástico transparente Tipo: saco; Uso: geral; Cor: transparente; Medida: 100mm largura x 150mm comprimento x 0,06 espessura (150 micra); Abertura: no lado menor(100mm); Unidade de medida: embalagem com 1.000 sacos plásticos. Crítério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material plástico passível de reciclagem. | embalagem c/1.000un. | 10 | 231808 | R\$ 46,77 | R\$ 467,70 |
| 58 | SACO PLASTICO 240mm X 330mm x 0,06mm espessura (150 micra) Material: plástico CRISTALINO COM TRANSPARÊNCIA; Tipo: saco SEM FURO; Uso: geral; Cor: transparente ; Medida: 240mm largura x 330mm comprimento x 0,10 espessura (250 micra); Abertura: no lado menor (240mm); Unidade de medida: embalagem com 100 sacos plásticos. Crítério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material plástico passível de reciclagem. | embalagem c/100un. | 600 | 253717 | R\$ 20,24 | R\$ 12.144,00 |
| 59 | SACO PLASTICO 350mm x 500mm x 0,10 espessura 250 micra) Material: plástico RECICLADO COM TRANSPARÊNCIA MÉDIA; RECICLADO - Comprovação de tratar-se de saco com plástico reciclado, a ser feita mediante apresentação de catálogo ou indicação de site respectivo; Tipo: saco SEM FUIROS; Uso: geral; Cor: transparente; Medida: 350mm largura x 500mm comprimento x 0,10 espessura (250 micra); Abertura: no lado menor(350mm); Unidade de medida: pacote com 100 sacos plásticos. Crítério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material plástico passível de reciclagem. | pct. c/100un. | 400 | 298581 | R\$ 51,74 | R\$ 20.696,00 |
| 60 | SUPORTE PARA FITA DUREX Material: plástico injetado atóxico; Lâmina de corte: serrilhada em aço inox, protegida de modo a evitar acidentes ; Rodana: : Roldana para tubetes de 7,7cm; Base: antiderrapante, para promover firmeza no manuseio; Medidas aproximadas: 205mm de comprimento , 85mm de largura e 110mm de altura (sem a roldana); Largura interna: Utilização para fitas com largura até 25mm; Cor: preto; Embalagem: Deverá vir embalado individualmente; Unidade de medida: unidade; Crítérios de Sustentabilidade: 1. Critério ambiental – O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Critério ambiental/social– bens passíveis de coleta seletiva e reciclagem. | unidade | 65 | 263893 | R\$ 24,59 | R\$ 1.598,35 |
| 61 | TESOURA EM ACO INOX Tipo: multiuso; Material: Aço inoxidável; Material do cabo: em polipropileno; Medida da tesoura: comprimento mínimo de 21cm; Medida da lâmina: mínimo 2mm de espessura na parte externa; Apresentação: em embalagens individualizadas; Unidade de medida: unidade; Crítério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de reciclagem, com coleta seletiva. | unidade | 660 | 283560 | R\$ 6,70 | R\$ 4.422,00 |

| | | | | | | |
|----|--|---------------------------------|------|--------|------------|---------------|
| 62 | <p>TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO Utilização: para almofada de carimbo; Tipo: à base d'água atóxica; Medida: 40ml; COR DA TINTA: as cores serão definidas por ocasião da emissão da Nota de Empenho, com opções para azul e preta; Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data da entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data de fabricação deve vir impressa no material ou em sua embalagem; Unidade de medida: frasco de 40ml;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Tinta atóxica a base de água. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | frasco | 280 | 416510 | R\$ 4,00 | R\$ 1.120,00 |
| 63 | <p>VINIL ADESIVO BRANCO PARA IMPRESSÃO A LASER Material: vinil adesivo; Destinação: impressão a laser; Gramatura Liner: 140/150g; Espessura: 100 micra; Apresentação: pacote com 100 fls. A3; Medidas: Formato SRA3 - 330mm (largura) x 480mm (altura); Unidade de medida: pacote com 100 fls.;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | pacote com 100 folhas | 30 | 375417 | R\$ 572,38 | R\$ 17.171,40 |
| 64 | <p>PAPEL A4 - COR AMARELA Material: Papel alcalino; Gramatura: 75 g/m2; Cor: amarelo; Medidas: padrão A4- 210mm x 297mm; Embalagem individualizada da resma: Pacote com 500 folhas. O papel deverá estar acondicionado em embalagens anti-umidade em papel BOPP; Apresentação: Em caixas contendo 10 pacotes (resmas), em material resistente e reciclado, de forma a facilitar o manuseio; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro; Prazo de validade: Indeterminado; Observação importante: Todas as informações relativas ao papel deverão constar na etiqueta do pacote; Unidade de medida: Unidade de Resma = 500 folhas;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Matéria-prima papel, passível de reciclagem.</p> | resma com 500 folhas em tam. A4 | 120 | 372013 | R\$ 34,08 | R\$ 4.089,60 |
| 65 | <p>PORTA CRACHÁ RETRÁTIL TIPO ROLLER CLIP Material: plástico; Com clip/alça transparente em plástico para fixação do crachá; Cor do roller: azul royal; Unidade de medida: unidade</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material confeccionado em plástico passível de reciclagem.</p> | unidade | 1200 | 403999 | R\$ 2,92 | R\$ 3.504,00 |
| 66 | <p>RÉGUA PARA GUILHOTINA NYLON CHINESA - PARA GUILHOTINA HPM Material: nylon; Medidas: - Boca da guilhotina para encaixe: 900mm; - Da régua: 930mm de comprimento X 10mm de largura X 5mm de espessura; Unidade de medida: unidade.</p> <p>Critério de sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | unidade | 12 | 607519 | R\$ 42,17 | R\$ 506,04 |
| 67 | <p>PAPEL TRIPLEX BRANCO 320g - 66cmX96cm Material: confeccionado com duas camadas de celulose branca, miolo de celulose pré-branqueada e cobertura couchê em ambos os lados (cor totalmente branca); Gramatura: 320g; Medidas: 66cm x 96cm; Unidade de medida: pacote com 100 fls.</p> <p>Crítérios de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Compra em tamanho 66cmX96cm para otimizar sua utilização, com economia no seu resultado. 3. Material 100% reciclável, sem danos ao meio ambiente.</p> | pacote com 100 folhas | 10 | 370669 | R\$ 261,85 | R\$ 2.618,50 |

| | | | | | | |
|---|--|------------------------------------|-------|--------|-----------|----------------|
| 68 COTA PRINCIPAL DE 80% PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO | <p>CANETA ESFEROGRAFICA Material: corpo plástico transparente, com orifício para ventilação; Medida da caneta: comprimento externo mínimo do corpo da caneta sem a tampa de 135mm e diâmetro mínimo de 8mm; Tampa da caneta: Antiafíxiate, destacável, com clipe para fixação em bolso, confeccionada em poliotopileno (PP) na cor da tinta; Duto do reservatório de tinta: em polipropileno transparente com diâmetro externo de 3mm e interno de 2mm, aproximadamente 125mm de comprimento com preenchimento de tinta de no mínimo 100mm, medido da ponta até o término da coluna de tinta. Esfera de tungstênio: Carga com esfera confeccionada em tungstênio, alojada em suporte de latão, com aproximadamente 1,0mm de diâmetro; Escrita: Deverá apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração da ponta durante a escrita; Tipo da escrita: Média; Características adicionais: carga removível; COR DA TINTA: as cores serão definidas por ocasião da emissão da Nota de Empenho, com opções para azul e vermelha ou preta; Apresentação: em embalagem tipo caixa contendo 50 canetas; Prazo de validade: indeterminada ou de no mínimo 5 (cinco) anos; Unidade de medida: caixa com 50 canetas.</p> <p>IMPORTANTE: para material importado: Em se tratando de fornecimento de material importado, e por ocasião do julgamento das propostas, por provocação do pregoeiro, deverá o fornecedor apresentar a documentação que comprove a origem dos bens e a quitação dos tributos de importação a eles referentes. (em conformidade com o edital, nas "Obrigações da Contratada")</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Objeto confeccionado com matéria-prima passível de reciclagem; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | cx. c/50un. | 1480 | 461461 | R\$ 57,75 | R\$ 85.470,00 |
| 69 COTA RESERVADA DO ITEM 68 DE 20% EXCLUSIVO ME/EPP/EQUI | <p>CANETA ESFEROGRAFICA Material: corpo plástico transparente, com orifício para ventilação; Medida da caneta: comprimento externo mínimo do corpo da caneta sem a tampa de 135mm e diâmetro mínimo de 8mm; Tampa da caneta: Antiafíxiate, destacável, com clipe para fixação em bolso, confeccionada em poliotopileno (PP) na cor da tinta; Duto do reservatório de tinta: em polipropileno transparente com diâmetro externo de 3mm e interno de 2mm, aproximadamente 125mm de comprimento com preenchimento de tinta de no mínimo 100mm, medido da ponta até o término da coluna de tinta. Esfera de tungstênio: Carga com esfera confeccionada em tungstênio, alojada em suporte de latão, com aproximadamente 1,0mm de diâmetro; Escrita: Deverá apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração da ponta durante a escrita; Tipo da escrita: Média; Características adicionais: carga removível; COR DA TINTA: as cores serão definidas por ocasião da emissão da Nota de Empenho, com opções para azul e vermelha ou preta; Apresentação: em embalagem tipo caixa contendo 50 canetas; Prazo de validade: indeterminada ou de no mínimo 5 (cinco) anos; Unidade de medida: caixa com 50 canetas.</p> <p>IMPORTANTE: para material importado: Em se tratando de fornecimento de material importado, e por ocasião do julgamento das propostas, por provocação do pregoeiro, deverá o fornecedor apresentar a documentação que comprove a origem dos bens e a quitação dos tributos de importação a eles referentes. (em conformidade com o edital, nas "Obrigações da Contratada")</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Objeto confeccionado com matéria-prima passível de reciclagem; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> | cx. c/50un. | 370 | 461461 | R\$ 57,75 | R\$ 21.367,50 |
| 70 COTA PRINCIPAL DE 90% PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO | <p>PAPEL A4 COR BRANCA Material: Papel alcalino; Gramatura: 75 g/m2; Cor: branco; Medidas: padrão A4: 210mm x 297mm; Embalagem individualizada da resma: Pacote com 500 folhas. O papel deverá estar acondicionado em embalagens anti-umidade em papel BOPP; Apresentação: Em caixas contendo 10 pacotes (resmas), em material resistente e reciclado, de forma a facilitar o manuseio; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro Prazo de validade: Indeterminado; Observação importante: Todas as informações relativas ao papel deverão constar na etiqueta do pacote; Unidade de medida: Unidade de Resma (= 500 folhas);</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Matéria-prima papel, passível de reciclagem.</p> | unidade de resma (= 500 folhas A4) | 14400 | 481199 | R\$ 30,59 | R\$ 440.496,00 |
| 71 COTA RESERVADA DO ITEM 70 DE 10% EXCLUSIVO ME/EPP/EQUI | <p>PAPEL A4 COR BRANCA Material: Papel alcalino; Gramatura: 75 g/m2; Cor: branco; Medidas: padrão A4: 210mm x 297mm; Embalagem individualizada da resma: Pacote com 500 folhas. O papel deverá estar acondicionado em embalagens anti-umidade em papel BOPP; Apresentação: Em caixas contendo 10 pacotes (resmas), em material resistente e reciclado, de forma a facilitar o manuseio; Selo de Cadeia de Custódia: CERFLOR OU FSC, que deverá vir estampado na embalagem individual do material e deverá ser comprovada pelo fornecedor na ocasião do julgamento da proposta por provocação do pregoeiro Prazo de validade: Indeterminado; Observação importante: Todas as informações relativas ao papel deverão constar na etiqueta do pacote; Unidade de medida: Unidade de Resma (= 500 folhas);</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O papel deverá ser confeccionado com madeira de origem legal, manejo sustentável. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro - Inmetro) ou FSC (Conselho de Manejo Florestal), Selo este que deverá vir estampado na embalagem individual do material; 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Matéria-prima papel, passível de reciclagem.</p> | unidade de resma (= 500 folhas A4) | 1600 | 481199 | R\$ 30,59 | R\$ 48.944,00 |

| | | | | | | |
|----|--|--------------------|------|--------|-----------|---------------|
| 72 | <p>SACO PLASTICO 240mm X 330mm x 0,06mm espessura (150 micra) Material: plástico CRISTALINO COM TRANSPARÊNCIA; Tipo: saco COM 2 OU 4 FUROS na lateral de 330mm; Uso: geral; Cor: transparente ; Medida: 240mm largura x 330mm comprimento x 0,06 espessura (150 micra); Abertura: no lado menor (240mm); Unidade de medida: embalagem com 100 sacos plásticos.</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material plástico passível de reciclagem.</p> | embalagem c/100un. | 2600 | 257756 | R\$ 30,55 | R\$ 79.430,00 |
|----|--|--------------------|------|--------|-----------|---------------|



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2024

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 90.006/2024 (PAD 7967/2023), **RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor abaixo:**

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
Endereço completo:
CEP:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

1. DO OBJETO, ITENS REGISTRADOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **aquisição de materiais de consumo na categoria de expediente e gráfico**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência (Anexo I do edital) e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

1.2. Os quantitativos e itens registrados constam no quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|-----------|---------|------------|----------------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

1.2.1. A especificação completa do(s) item(ns) encontra(m)-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

1.4. Da contratação dos itens registrados:

1.4.1. Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

1.4.2. Quando e se houver necessidade da contratação, o TRE-PR notificará o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto, mediante o envio da nota de empenho e, se for o caso, convocação para posterior assinatura do contrato.

1.4.3. Das obrigações do fornecedor:

1.4.3.1. Fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados.

1.4.3.2. Observar e cumprir todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do edital).

1.4.3.3. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

1.4.3.4. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador, dentre outras previstas no art. 7º do Decreto 11.462/23:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme disposto no item 5;
- c) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA DECORRENTES

3.1. Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. O contrato, quando houver, decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.2.2. Os contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

4. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O controle e o gerenciamento desta Ata de Registro de Preços serão realizados pelos gestores da contratação, formalmente designados, por meio de ferramenta própria disponibilizada pelo Governo Federal (Gestão de Atas), no que se refere a:

- a) Quantitativos e saldos;
- b) Solicitações de adesão;
- c) Remanejamento de quantidades.

5. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Da alteração ou atualização dos preços registrados: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

5.1.3. Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos do item 5.3.

5.2. Da negociação dos preços registrados:

5.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-PR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.2.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.2.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.2.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5.2.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº

14.133/21, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2.2 e no item 5.2.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.2.6. O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5.3. Do reajuste:

5.3.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/02/2024.

5.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante e exclusivamente para o saldo remanescente da ata de registro de preços, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC.

6. DAS SANÇÕES

6.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

6.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.2.1. Conforme o disposto no inciso I do item 6.2, as infrações serão consideradas:

- I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.
- II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.
- III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.
- IV - gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

6.2.1.1. São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

| | Relação de descumprimentos |
|---|--|
| 1 | Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso; |
| 2 | Atraso na entrega de documentos necessários; |
| 3 | Não emitir a nota fiscal dentro do prazo; |

| | |
|----------|--|
| 4 | Encaminhar nota fiscal com falta de documento; |
|----------|--|

6.2.1.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

| Graduação da sanção | Descumprimento | Dosimetria e a base de incidência |
|----------------------------|--|---|
| MÉDIA | <p>b.1) Multa moratória pelo atraso na entrega do objeto, limitado a 30 (trinta) dias.</p> <p>b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a prestação do serviço, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima.</p> | 0,5 (meio por cento) ao dia , incidindo sobre o valor do item empenhado. |
| GRAVE | <p>b.2) Multa compensatória em razão de:</p> <p>I - fornecimento em desacordo com o solicitado.</p> <p>II – recusa em substituir o objeto quando constatado que não atende às características exigidas ou apresentar quaisquer defeitos-</p> <p>III – não substituição do(s) bem(ns) em desacordo com as especificações do Termo de Referência, no prazo de 15 (quinze) dias da notificação da contratada-</p> | 10% (dez por cento) , sobre o valor da fatura mensal. |
| | <p>IV - não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018,</p> | 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato. |

| | | |
|------------|--|--|
| | conforme Termo de Referência – Anexo I. | |
| GRAVÍSSIMA | b.3) Atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos nas alíneas”. “b.1” e “b.1.1”, considerando os prejuízos à Administração. | 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do item contratado. |
| | b.4) Multa compensatória pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado. | 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item contratado. |

6.2.1.3. Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause danos grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;
- b)** inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos.

6.2.1.4. Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- b)** praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;
- e)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.
- f)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade:

declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

g) inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

h) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos

6.3. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

6.4. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.5. A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

6.6. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

6.7. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

6.8. A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

6.8.1. Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Do cancelamento do registro do fornecedor: o registro do

fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos.

7.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.1.5. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.1.6. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.1.7. No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.2. Do cancelamento dos preços registrados: o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente

comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.2.1. A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

8. DO CADASTRO DE RESERVA

8.1. O Cadastro de Reserva é formado pelas licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, e pelas licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.1.1. A listagem dos fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva referente ao presente Registro de Preços consta anexa a esta Ata.

8.2. Poderá haver o chamamento dos fornecedores registrados no Cadastro de Reserva nas seguintes situações:

- a) Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9. DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

9.2. E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam a

presente, em formato digital, para um só efeito legal.

Curitiba, _____ de _____ de 2024.

(Assinatura Representante legal)
Nome do Representante Legal:.....
Cargo:

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral do TRE-PR